



ATO NORMATIVO Nº 001/2018-SMF

“Dispõe sobre o fechamento, cancelamento e substituição de Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas”.

O Secretário Municipal Fazenda, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, com fulcro nos artigos 97, 187, I, II, a, da Lei nº 830/97, Código Tributário Municipal, em atendimento às disposições previstas nos artigos 5º e 6º da Lei complementar nº 44/2013, **CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer critérios quanto aos procedimentos pertinentes à **substituição e cancelamento** da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, **RESOLVE**, baixar o presente Ato Normativo:

Art. 1º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica- NFS-e, poderá ser substituída pelo usuário ou pelo órgão próprio da Secretaria da Fazenda Municipal.

§ 1º. Será substituída pelo usuário no endereço da prefeitura na internet, antes do fechamento da guia de recolhimento do mês referente a NFSe, nas seguintes hipóteses:

I. Houver erro no preenchimento;

II. O imposto não for devido ao Município de Lajinha;

§ 2º. Não será permitida a substituição prevista no parágrafo anterior nos casos de alteração do tomador do serviço ou mudança da situação da tributação da NFS-e, em que o imposto for devido em Lajinha.

§ 3º. Será substituída pela Secretaria da Fazenda Municipal, após o fechamento do mês, por meio de seus colaboradores, mediante solicitação do responsável em processo administrativo, nas seguintes hipóteses:

I. O ISS for devido neste Município;

II. Haja mudança da situação da tributação declarada na NFS-e;

III. Haja solicitação do fechamento mensal;

§ 4º. O processo administrativo que vise à substituição referida no parágrafo anterior deverá ser instruído com uma via da NFS-e a ser substituída, e o pedido inicial deve indicar o que será alterado na NFS-e e, ainda, fornecer os dados a serem substituídos.

§ 5º. A administração poderá solicitar novos documentos para melhor instrução processual.



Art. 2º - O cancelamento de NFS-e será feito, exclusivamente, pela autoridade tributária Municipal por meio de seus colaboradores, mediante solicitação do responsável em processo administrativo, e ocorrerá nos casos do serviço não ser efetivamente prestado ou houver geração da NFS-e em duplicidade.

§ 1º. Do processo de cancelamento proveniente da não execução do serviço deverá constar:

I. Uma via da NFS-e a ser cancelada;

II. Declaração da empresa tomadora dos serviços em papel timbrado e com a assinatura do representante legal reconhecida em Cartório, informando o motivo pelo qual a NFSe, deverá ser cancelada, Caso o motivo seja a não prestação definitiva do serviço, este fato **deverá estar expressamente declarado tanto no requerimento do prestador quanto na declaração do tomador;**

III. Se o tomador for um órgão público, a declaração deverá ter assinaturas do titular da pasta ou do responsável do setor e respectiva cópia do RG.

§ 2º. O processo administrativo que vise ao cancelamento por duplicidade deverá ser instruído com uma via de cada NFS-e gerada em duplicidade, bem como da original.

Art. 3º - Os processos referentes às solicitações de cancelamento e substituição, para serem analisados e decididos dentro do mês de competência, deverão ser protocolizados até o 2º (segundo) dia útil seguinte ao mês da ocorrência do fato gerador.

Parágrafo único. No caso de NFS-e gerada por meio de RPS, o processo deverá ser protocolizado no prazo de até 06 (seis) dias corridos contados a partir do primeiro dia subsequente ao da emissão, para ser analisado e decidido dentro do mês de competência.

Art. 4º - Os casos de cancelamento e substituição ficam sujeitos à homologação pela autoridade fiscal, por ocasião da fiscalização.

Art. 5º - Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.

SECRETARIA DA FAZENDA DE LAJINHA – MG, aos 28 de novembro de 2018.

Marcio Alvim Cardoso

Secretario Municipal de Lajinha